



# Acordo Orçamento 2011: alívio no IRS será maior para quem ganha menos

Antes eram 1,1 milhões de agregados afectados – agora, com o acordo entre governo e PSD, são menos de 5%

**BRUNO FARIA LOPES**  
*bruno.lopes@ionline.pt*

As negociações sobre o Orçamento do Estado para 2011 incidiram sobre um valor que corresponde a escassos 0,3% do PIB, mas que acaba por afectar quase um milhão de agregados que declaram IRS. O acordo final entre o governo e o PSD significa que menos de 5% das pessoas ou famílias que declaram rendimentos para IRS verão limitados os benefícios fiscais no próximo ano – quem declare menos de 66 mil euros brutos/ano mantém os actuais limites.

Para muitas famílias de classe média a mudança significa um alívio relativo do maior choque fiscal em quase três décadas. Simulações feitas para o *i* pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas permitem perceber que o alívio será mais sen-

tido nas classes médias de menor rendimento, que antes eram apanhadas com maior intensidade pelos novos tectos aos beneficiários – o peso do que pagariam a mais era maior no seu reduzido rendimento. Exemplo: um casal com dois filhos e um rendimento anual bruto de 17 500 euros (1250 euros brutos mensais) – e que apresente 2690 euros em despesas de educação, saúde, habitação e PPR –, deixa agora de pagar os 356 euros a mais que a limitação nos benefícios fiscais significava. Por outras palavras, escapa a um agravamento de 12,4% no montante total de IRS a pagar. No caso de uma pessoa solteira, sem filhos, com um rendimento anual bruto de 28 mil euros (2 mil euros por mês) e despesas de 2250 euros (PPR e saúde), o agravamento seria de 220 euros (5,4% mais na factura de IRS) – e esse

dinheiro manter-se-á agora em 2011 fora das mãos do Estado.

Além de travar o desagravamento fiscal por via da manutenção dos actuais limites para

## QUANTO POUPA COM O ACORDO?

- Solteiro, sem filhos, rendimento mensal bruto de 2000€, despesas de saúde (750€) e PPR (1500€): paga menos 220€ de IRS em face da proposta inicial de OE/2011
- Casal, dois filhos, rendimento mensal bruto de 1250€ (cada membro), 800€ despesas de saúde, 1000€ PPR, 300€ educação e 590€ casa: paga menos 356€



Acordo entre governo e PSD alivia o maior choque fiscal em décadas para as famílias



os benefícios fiscais, o acordo implica que os bens alimentares que antes passavam para a taxa de IVA de 23% – leite com chocolate, algumas conservas e óleos vegetais – se mantêm no escalão reduzido de 6%.

No total, estes dois recuos do governo resultantes das negociações com o PSD significam que cerca de 477 milhões ficarão nos bolsos das famílias em vez de transitarem para os cofres do Estado – 390 milhões no caso dos benefícios fiscais e perto de 87 milhões no IVA alimentar.

Como a meta do défice orçamental para 2011 se mantém inalterada em 4,6% do PIB, esta poupança para os particulares (perda de receita para o Estado) resultará numa poupança adicional da Administração Pública. O governo terá de cortar quase 500 milhões de euros adicionais em despesa corrente – o acordo com o PSD implica que a compensação da receita perdida seja feita pelo lado da despesa, com medidas a apresentar pelo governo durante a discussão da proposta de Orçamento do Estado na especialidade. O alvo mais provável dos cortes serão as rubricas dos gastos intermédios e das despesas administrativas no Estado e nas empresas públicas.

